



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filhos/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

?Mães de família? ameaçadas: a Estrada de Ferro Carajás e o conflito com a ?comunidade? Mutum II, na baixada maranhense.

Autoria: Joana Emmerick Seabra (PPGA/UFPA)

O artigo versa sobre resultados de pesquisa realizada no período de julho de 2018 a março de 2020, em que contextualizo a situação de antagonismos entre territorialidades imputados pelo Estado e pela Vale S.A. ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que atravessa 29 municípios ao longo dos estados do Pará e do Maranhão, a partir dos pontos de vista e narrativas de mulheres e homens da ?comunidade? Mutum II, no município de Arari, baixada maranhense. Argumento que a territorialidade corporativa da Vale S.A. avança em ?confronto? com identidades políticas e territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013) sustentados por povos e comunidades tradicionais, neste corredor logístico estratégico. A metodologia de work combinou descrição densa, etnográfica, entrevistas abertas sobre trajetórias e histórias de vida de pessoas ?mais antigas da comunidade?, conversas e oficinas de cartografia que culminaram na construção de seu mapa. Destaco, dentre os resultados, narrativas sobre as ameaças enfrentadas pelas ?mães de família? no conflito histórico, sendo elas, no entanto, mulheres quebradeiras de coco babaçu e ?Palmeiras-mães?. E sobre como estas ?mães de família? sustentam territorialidades específicas próprias, conformadas por práticas econômicas, políticas e relações sociais de constituição do comum e de garantia da sustentabilidade da vida (OROZCO, 2014). A tentativa de compreensão dos sentidos atribuídos à maternidade e sobre o papel das ?mães? na conformação da ?comunidade? evidenciou que também os ?pais de família? adentram a defesa das ?palmeiras? frente às ameaças atuais, expondo um pensamento ecológico específico que articula maternidade e território, edificando suas ?lutas? na defesa da roça como modo de vida, do ?mato? e da ?mãe terra?. Por fim, busco mapear caminhos de pesquisa sobre os modos de atuação política das ?mães?,



sentidos e pensamentos sobre a relação entre maternidade, ecologia e território em situações sociais de conflito relacionados a grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, que possam ser percorridos no doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: